



Perfil Socioeconômico do Município de Pinhal/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

048 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Pinhal/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
38 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Costa, Nilson Luiz. III.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

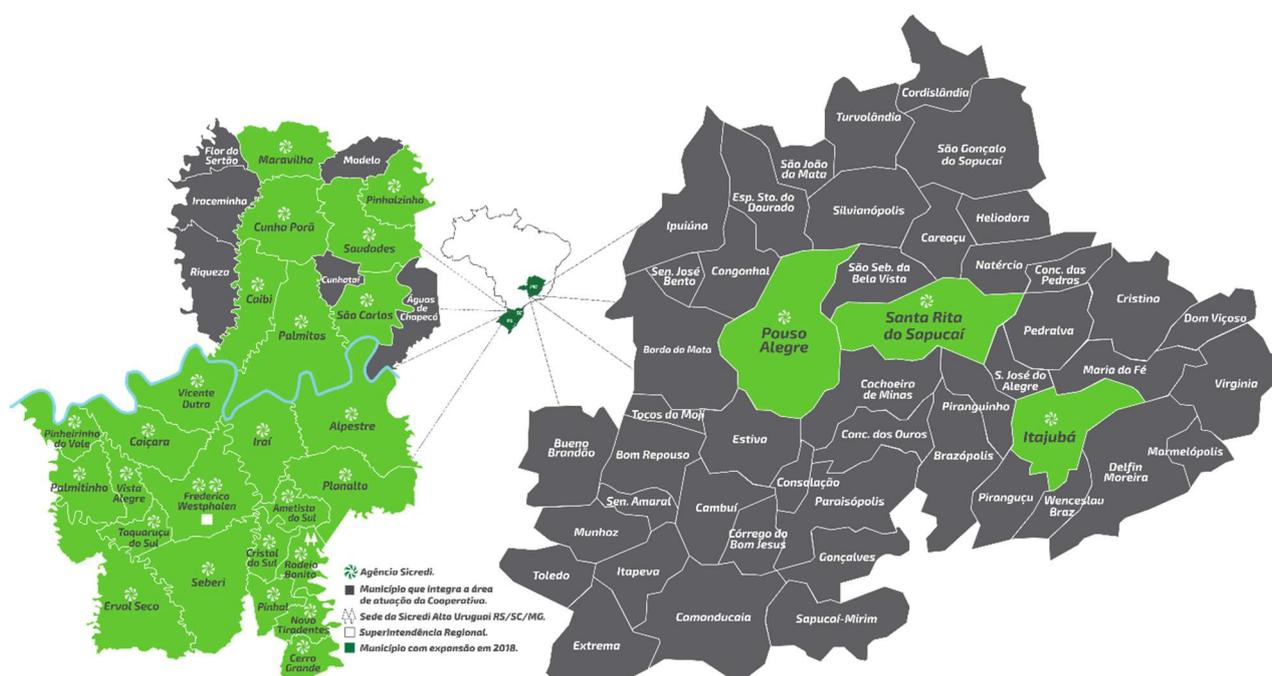
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PINHAL	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Pinhal	8
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	16
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	25
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	25
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	26
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Pinhal/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico e ambiental do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PINHAL

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Pinhal/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste Rio-grandense, distante 410 Km da capital do estado, Porto Alegre. Possui limites com os municípios de Caibi ao Norte e Oeste, e Cunhataí ao Sul e Leste.

Segundo a Lei nº 8.577 de 29 de abril de 1988, o município de Pinhal foi criado, desmembrando-se de Palmeira das Missões, Seberi e Rodeio Bonito, com 68,2 Km quadrados. O nome surgiu através dos imigrantes, que tinha como denominação inicial, Vila Pinhal.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 370 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°30'39" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°12'54" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por famílias oriundas da Região Colonial Italiana, que iniciaram o desbravamento do sertão para o estabelecimento das primeiras lavouras, bem como para a criação de suínos e cultivo do Trigo Prefeitura Municipal de Pinhal/RS (2019). Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 2.579 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 2.513 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	622	49%	668	54%	1.290	51%
Rural	652	51%	571	46%	1.223	49%
Total	1.274	100%	1.239	100%	2.513	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 51% da população de Pinhal vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 20% tem até 14 anos, 24% de 15 a 29 anos, 42% de 30 a 59 anos e 14% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	276	21,66	224	18,08	500	20
15-29 anos	306	24,02	300	24,21	606	24
30-59 anos	525	41,21	518	41,81	1.043	42
60 ou mais	167	13,11	197	15,90	364	14
Totais	1.274	100	1.239	100	2.513	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Pinhal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

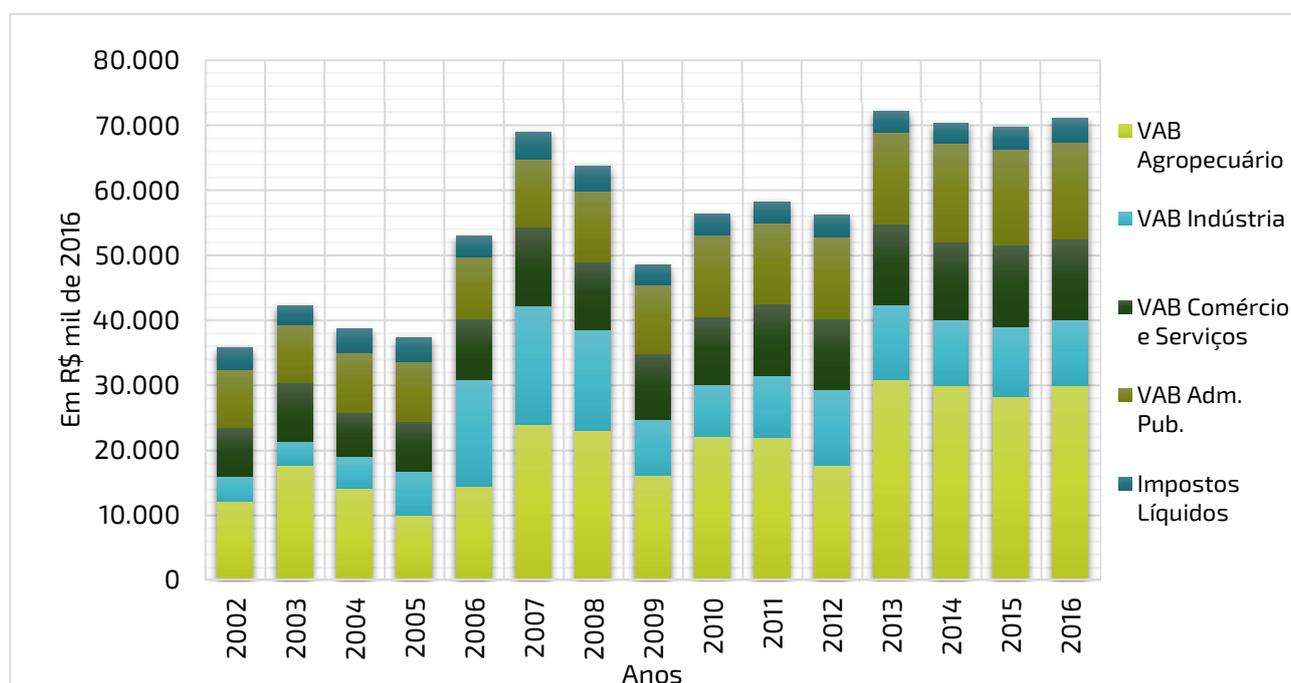
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

Entre 2002 e 2014, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 35,758 milhões para R\$ 71,111 milhões. Neste período, o Setor Agropecuário e a Administração Pública e agropecuária se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas, com um VAB médio do período de 2002 a 2016 de R\$ 20,763 milhões e R\$ 11,625 milhões respectivamente.

De um modo geral, a agropecuária tem representação no PIB de no mínimo 27% nos anos de 2005 e 2006 e no máximo 43% nos anos 2013 e 2014, representando a força do segmento na economia do município.

Na média do período, a agropecuária representou 37% do PIB médio, seguido pela administração pública com 21% e indústria e serviços, ambos com 18%. Os impostos representaram 6% do PIB médio.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

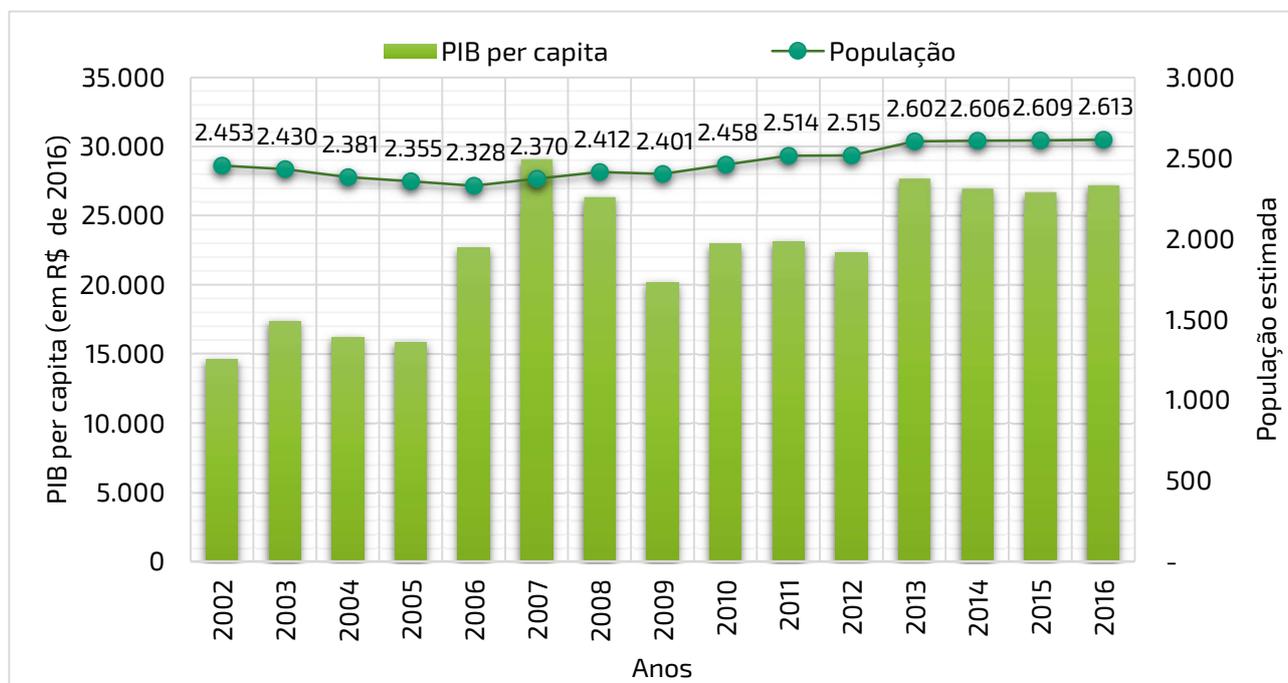


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

No que diz respeito ao PIB per capita, observa-se uma constância de evolução, partindo de R\$ 14.577,13 em 2002 para R\$ 27.214,31 em 2016, conforme é possível observar na

Figura 3. Isso significa um aumento de 86,69% no PIB per capita, que a despeito do crescimento populacional, é mantido pelo crescimento do PIB total.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016

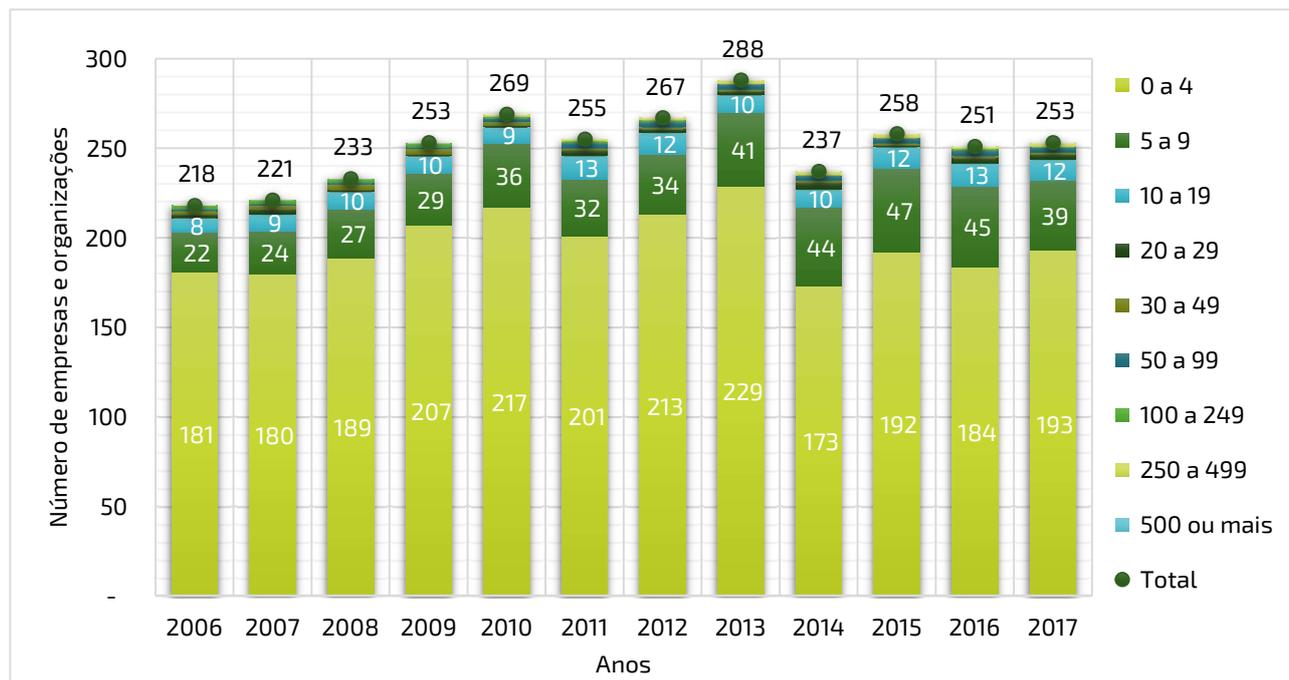


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A evolução do PIB parece acompanhar o crescimento do número de empresas e organizações verificado no município, onde em 2006 observava-se 218 empresas evoluindo para 253 empresas e organizações em 2017. Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 76,29% das empresas e organizações do município em 2017, conforme é possível observar na Figura 4.

No período de 2006 a 2017, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados, representaram 78,60% do total de empresas e organizações cadastradas no município. Em 2017, somente 60 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários.

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017

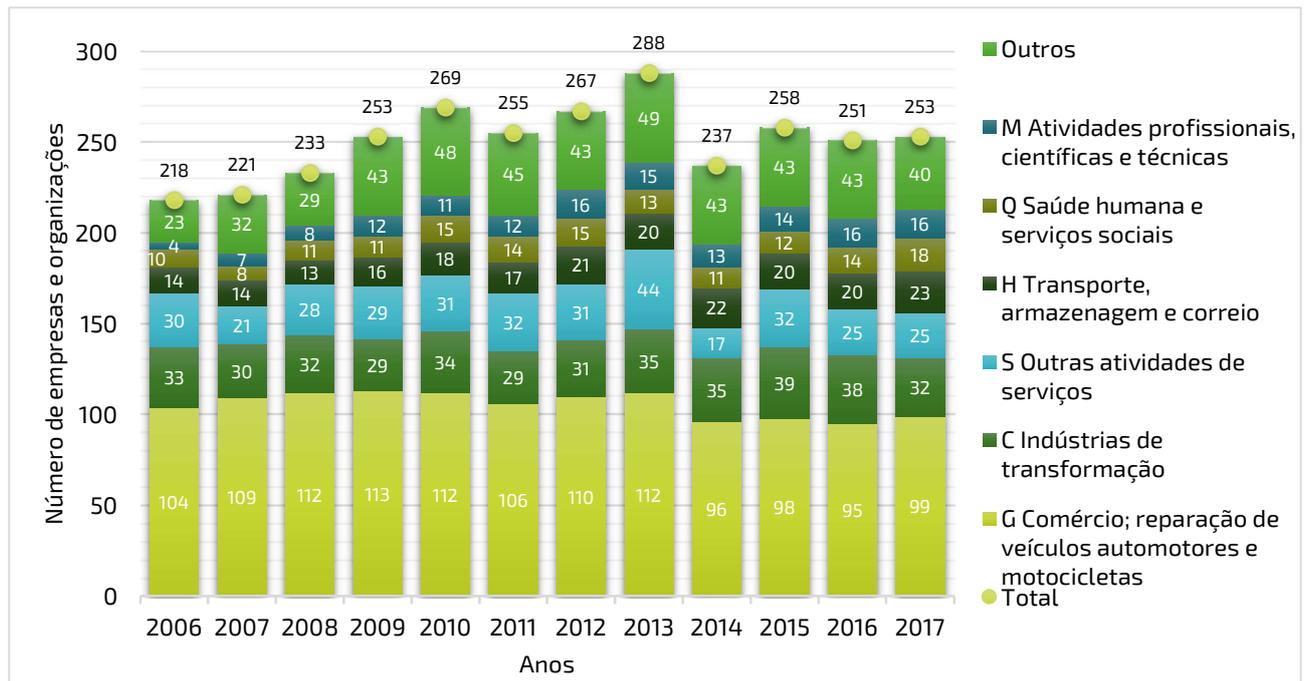


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal. O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (99, equivalente a 39% do total), mas entre 2006 e 2017 é possível observar uma redução neste setor. Por outro lado, observou-se crescimento de 64,29% no número de empresas e organizações no segmento de transporte e armazenagem. O segmento de atividades profissionais cresceu 300% de 2006 a 2017 passando de 4 empresas e organizações para 16.

Observa-se que ao longo do período de 2006 a 2017 houve uma expansão de 16,05% no número de empresas e organizações, sendo observado um decréscimo em 2011 e 2014 para 255 e 237 empresas e organizações respectivamente, voltando a crescer em 2015.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



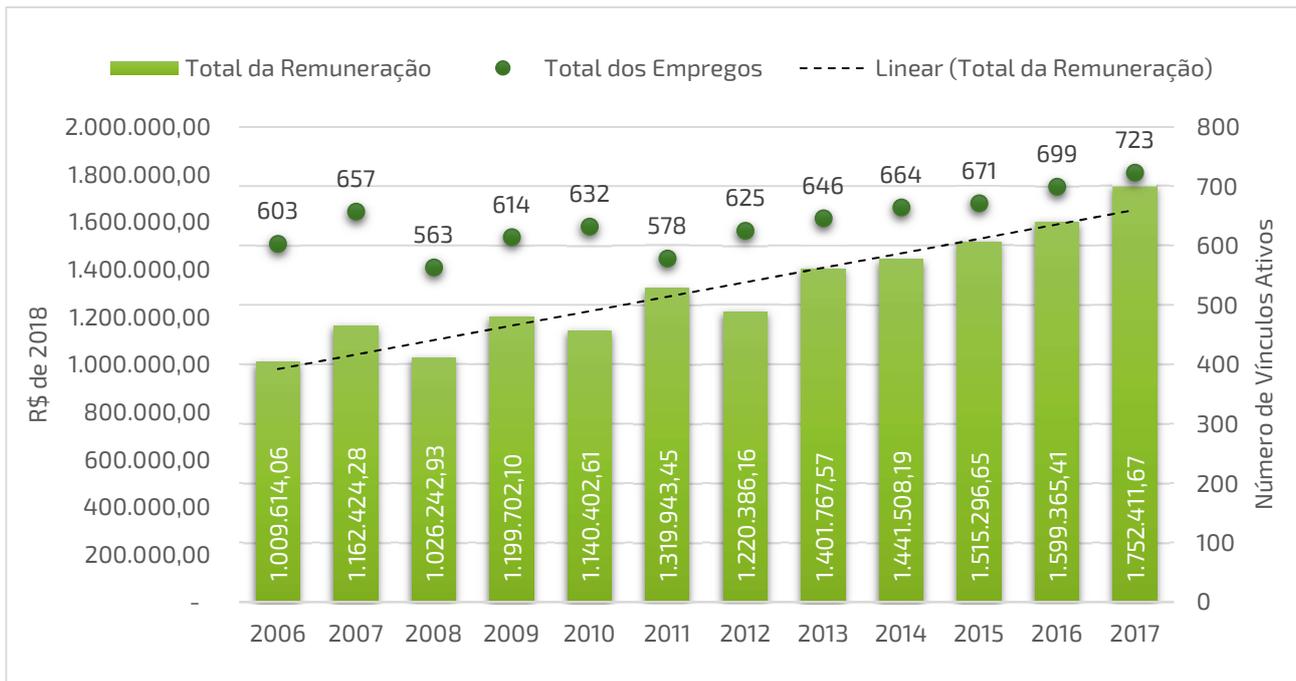
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

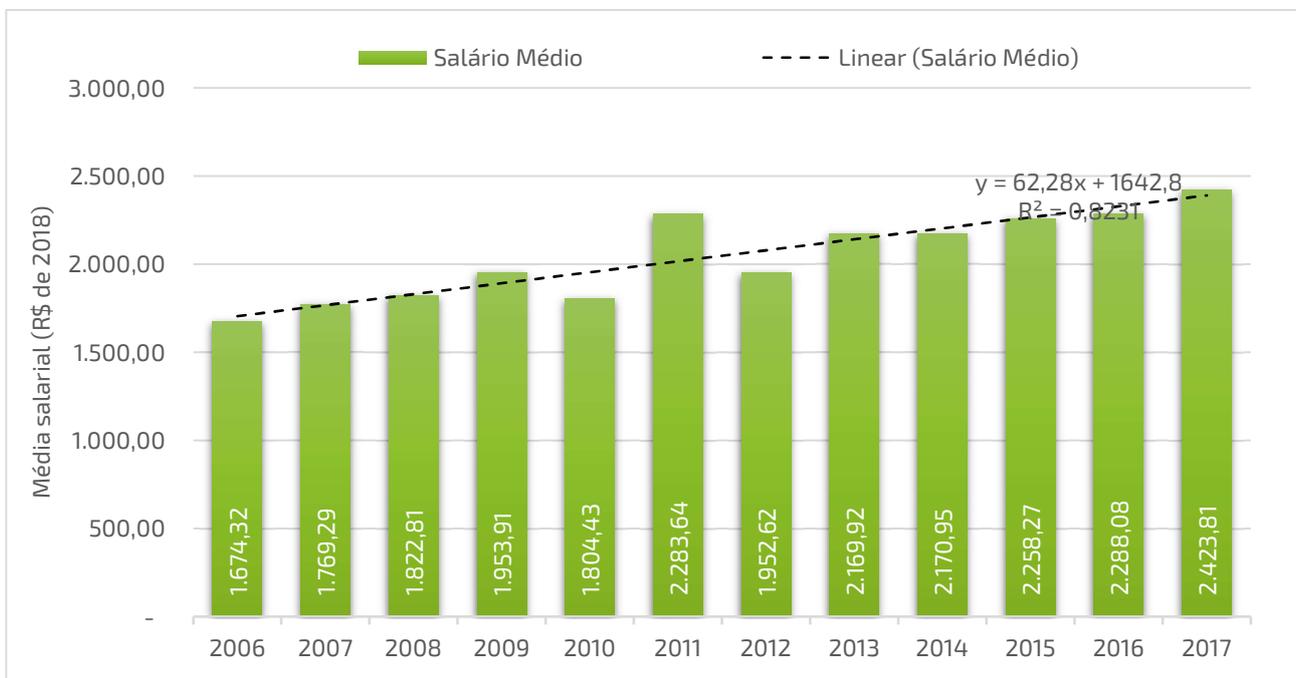
O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 890 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 1.009.614,06 milhão/mês em 2006 para 1.208 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 1.752.41,67 milhão /mês em 2017.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

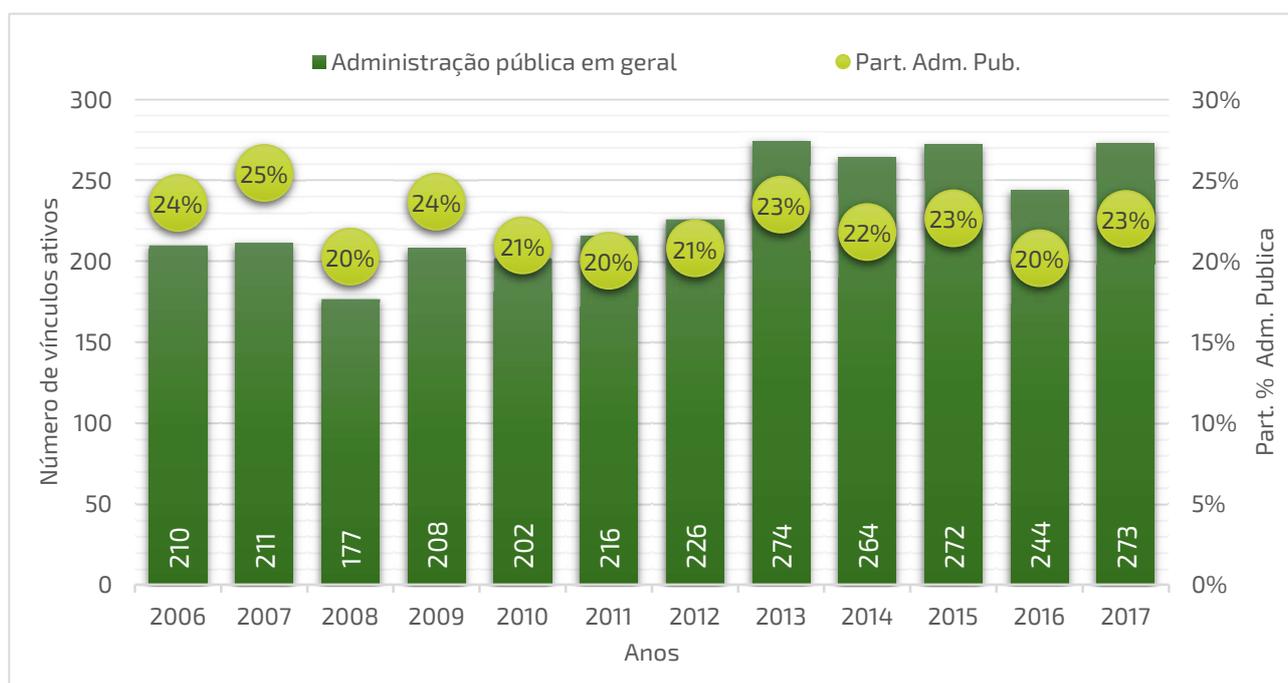
Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.674,29 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.423,81 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município.

Demonstra-se na Figura 8 a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município.

Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Observa-se que a participação apresentou alternância entre queda e crescimento, 2006 a 2008, 2009 a 2011, voltando a crescer de 2012 até 2017. Na média a participação do trabalho no setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo) no período de 2006 a 2017 ficou ao redor de 22%.

Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 30% no período, iniciando em 2006 com 210 postos de trabalho para 273 postos em 2017.

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

É possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município onde 273 postos de trabalho estão vinculados a Administração Pública em Geral⁴, seguido da criação de suínos, sendo essa a segunda atividade que mais gera postos de trabalho, com 12,42% do total dos postos de trabalho, ou ainda, 120 postos criados.

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 318 novos postos de trabalho, sendo 50 atribuídos ao setor de fabricação de laticínios, 29 no segmento comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, 24 no segmento de atividades de atendimento hospitalar, 19 ao segmento transporte.

⁴ Código CNAE 84.11-6

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades.

De acordo com a Tabela 3, 88,52% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 16 hectares) e concentram cerca de 67% da área. Observa-se ainda que 9,51% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (16 a 32 hectares) e ocupam 22,77% da área total dos estabelecimentos do município.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	540	4.561,70	88,52	67,54
1-2	58	1.537,67	9,51	22,77
2-3	9	421,79	1,48	6,25
3-4	1	60,11	0,16	0,89
4-5	2	172,36	0,33	2,55
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	610	6.753,63	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

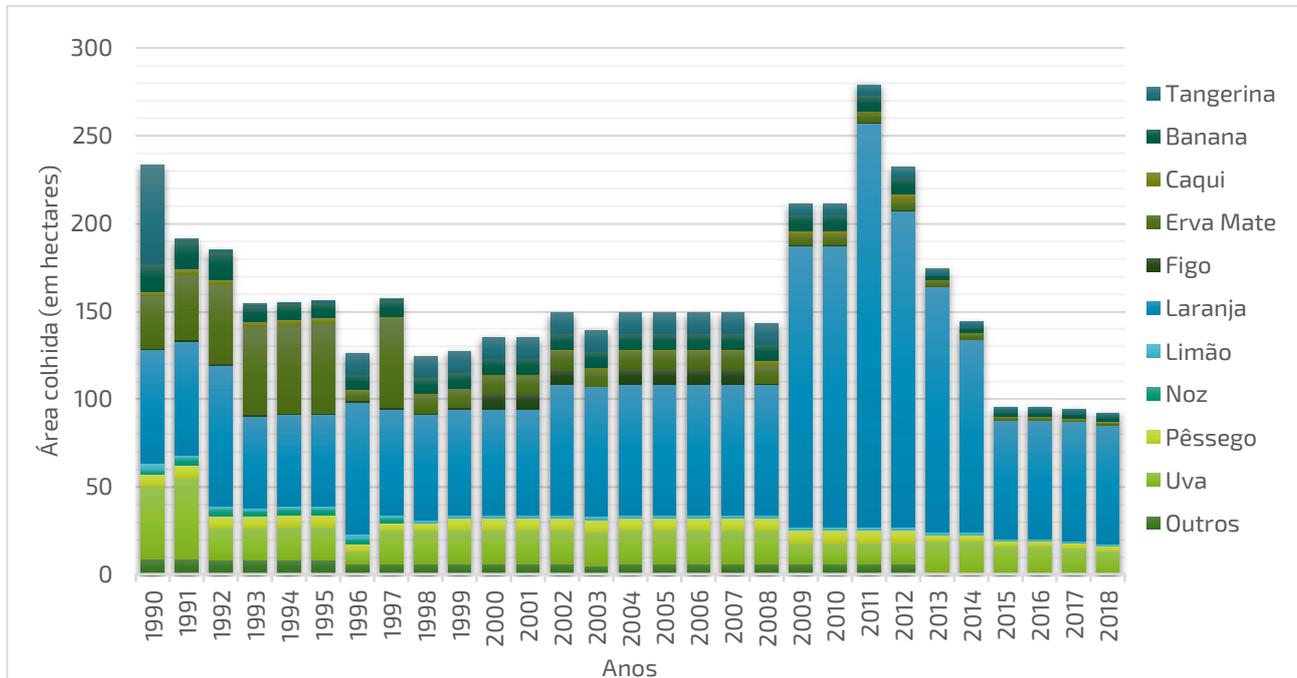
Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,51% das propriedades rurais tem até 48 hectares e ocupam 96,56% da área dos imóveis rurais, conforme observado na Tabela 3.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 94 hectares para culturas perenes e 6.490 hectares de lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 224 para 92 hectares no período 1990 – 2018.

A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das culturas perenes no município.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Nas lavouras perenes observa-se a concentração na cultura de citros, mais especificamente na cultura da laranja, com evolução de 65 para 230 hectares na área cultivada no período 1990 - 2011.

A partir de 2012 a cultura iniciou uma trajetória de redução de área, chegando em 2018 com uma área de 68 hectares de laranja.

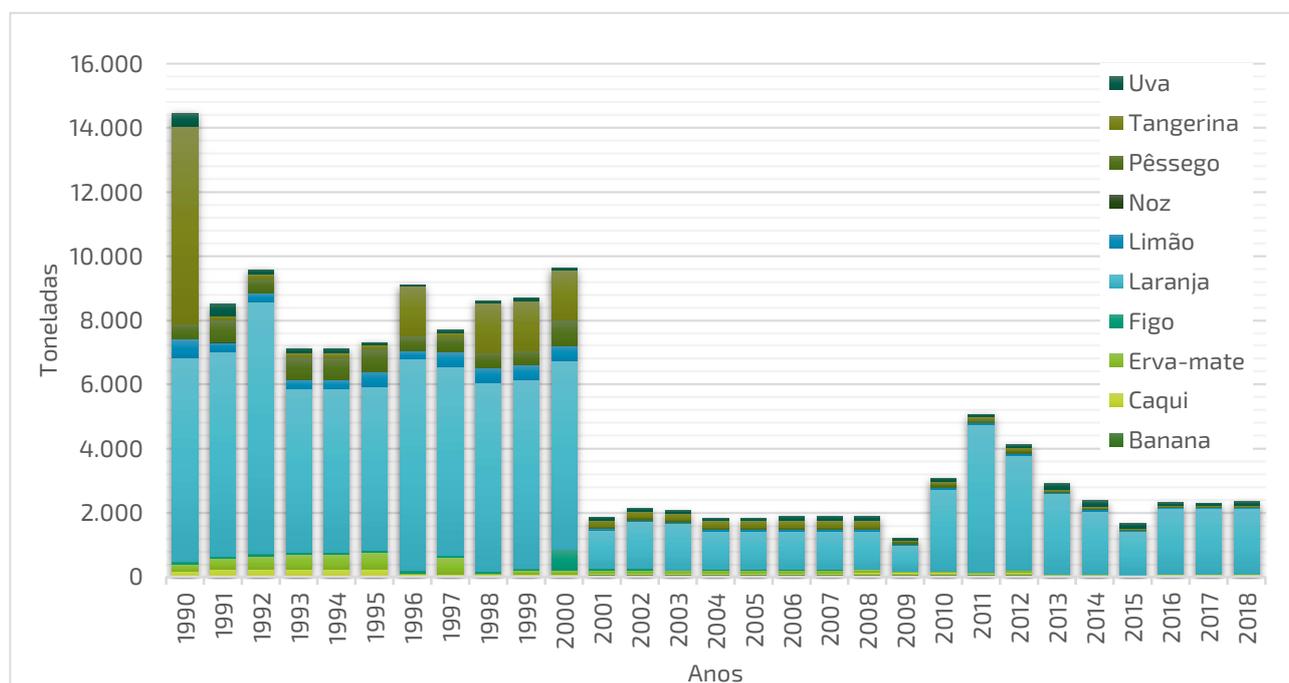
A segunda cultura perene, em área, é a uva, que ocupou em 2018 cerca de 13 hectares. Destaca-se que essa cultura teve uma redução de 68,29% entre 1990 e 2018. A cultura da erva-mate teve papel de destaque entre os anos de 1990 a 1997, alcançando 51 hectares em 1997.

Em 2018, a produção de laranja alcançou cerca de 2.040 toneladas e a produtividade foi de aproximadamente 30 toneladas por hectare, 50% acima da produtividade verificada na cultura na região do Alto Uruguai (RS).

A produção de uva foi de 130 toneladas, o que representa uma produtividade de 10 toneladas por hectare, frente a produtividade média do estado, que é de 20 toneladas por hectare.

A Figura 11 também permite observar a evolução global da produção, a redução do crescimento do segmento a partir do ano de 2001 até 2009. A partir de 2010 houve um aumento da produção com uma nova trajetória de queda a partir de 2012.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

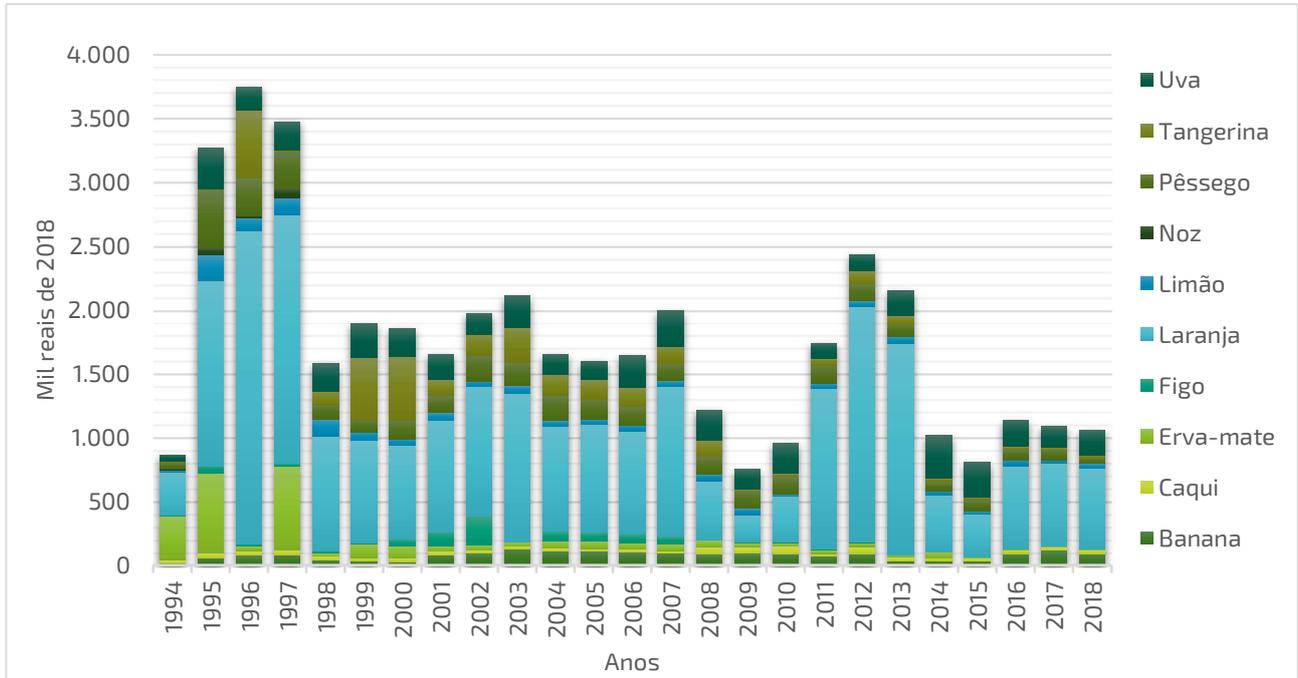
Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018.

A cultura da laranja é a que apresenta maior valor comercializado, com um valor médio para o período de 1990-2018 de R\$ 954.260,15, com um valor médio da caixa de 40,8 kg de R\$ 11,42.

A segunda cultura em valor da produção foi a uva, com um faturamento médio no período de R\$ 207.010,66, com um valor médio por quilo de R\$ 1,66. O pêssego e a tangerina vieram na sequência com valores de R\$ 149.923,69 e R\$ 133.039,83 respectivamente.

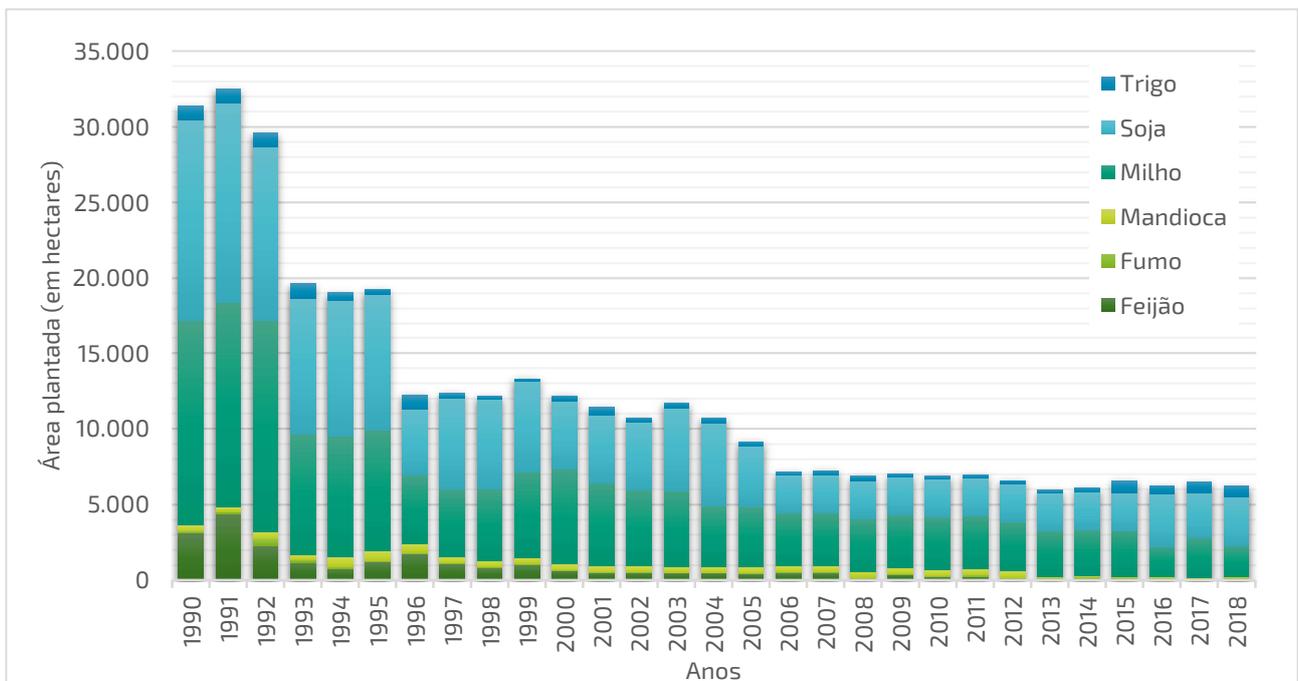
Em todos os casos, pode-se observar uma redução do valor da produção (Figura 12), decorrente da redução das áreas produzidas (Figura 10).

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018



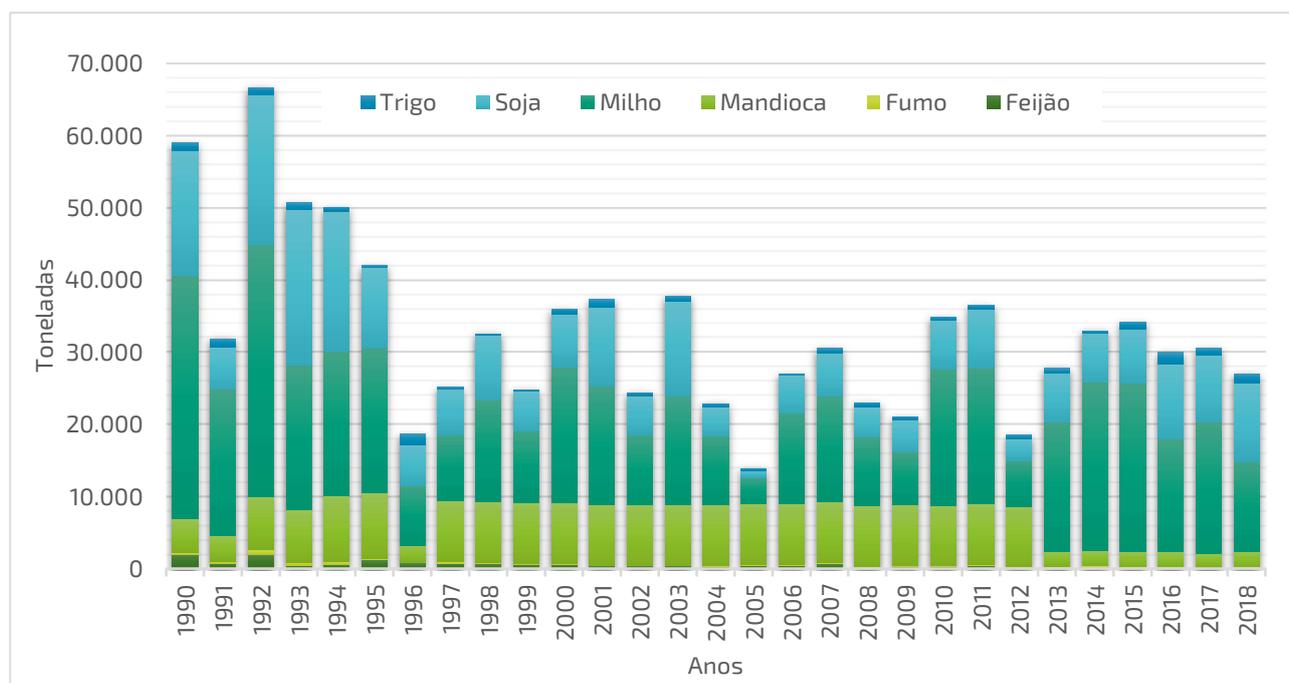
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, uma redução geral na área das culturas analisadas. Sendo que as culturas de feijão, milho e soja foram as que mais perderam área cultivada com redução de 97%, 85% e 75% respectivamente.

Mandioca, fumo e trigo, também tiveram suas áreas reduzidas em 74%, 71% e 22% respectivamente. Embora não sendo culturas com expressão de área no município, demonstram a tendência geral de redução de área cultivada.

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção das culturas em geral, com exceção da cultura do trigo, que teve um aumento da produção de 24,51% de 1990 para 2018.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

As culturas que tiveram maior redução da quantidade produzida foram feijão, fumo e milho, com redução de 91%, 70% e 63% respectivamente.

Feijão, soja e milho, tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018 218%, 154% e 150% respectivamente.

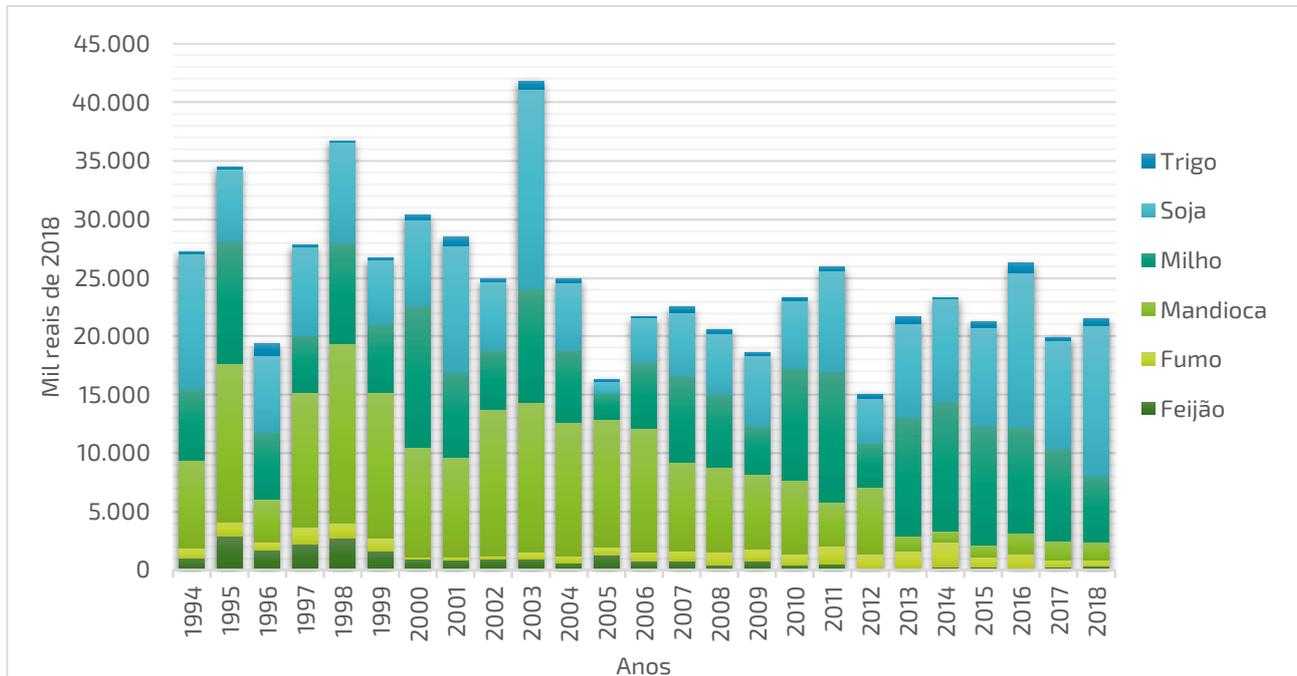
A produtividade do fumo apresentou significativas oscilações. Já a produtividade da mandioca apresentou estabilidade entre os anos de 1997 e 2018, com uma média de 21 toneladas por hectare.

Em termos reais⁵, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 27,2 milhões em 1994 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 21,49 milhões. Neste período, com exceção das culturas da soja e do trigo, todas as demais tiveram o valor da sua produção aviltados pela redução das áreas cultivadas.

Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor comercializado, fechando o ano de 2018 em R\$ 12,86 milhões. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 5,62 milhões.

Em seguida, a mandioca (R\$ 1,58 milhões) e o trigo (R\$ 0,63 milhões) constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

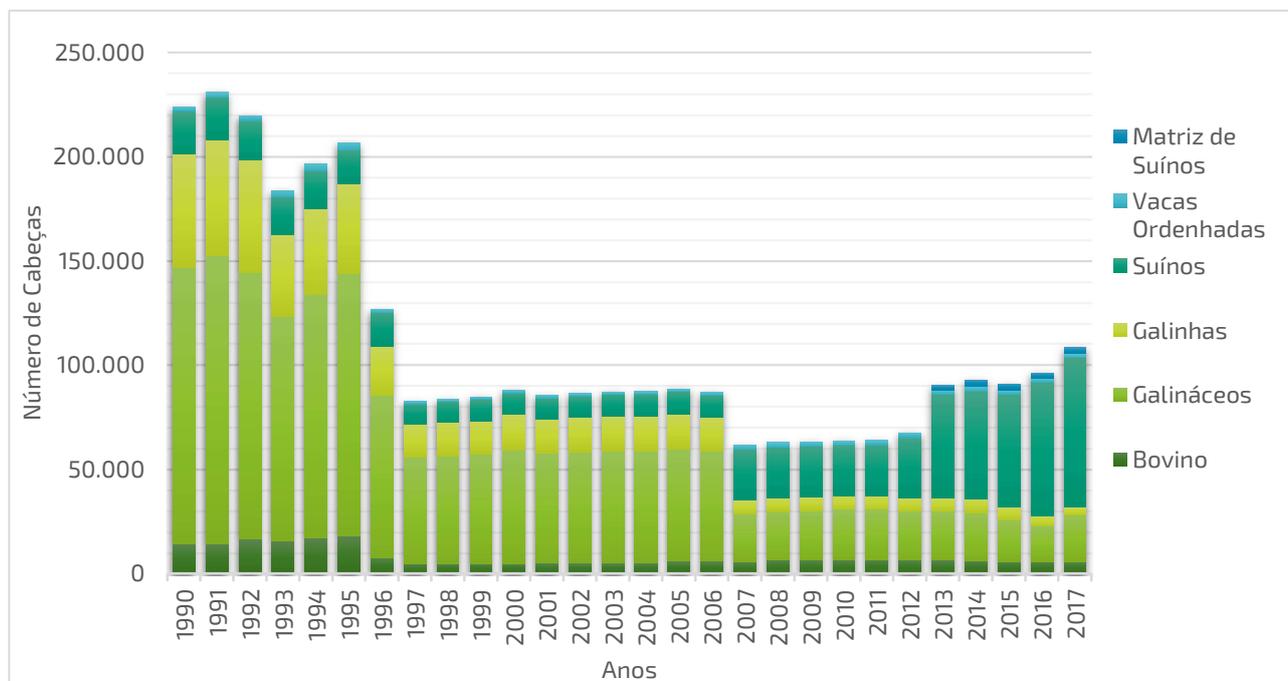


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁵ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 uma tendência de crescimento dos rebanhos de suínos entre 2007 e 2017.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

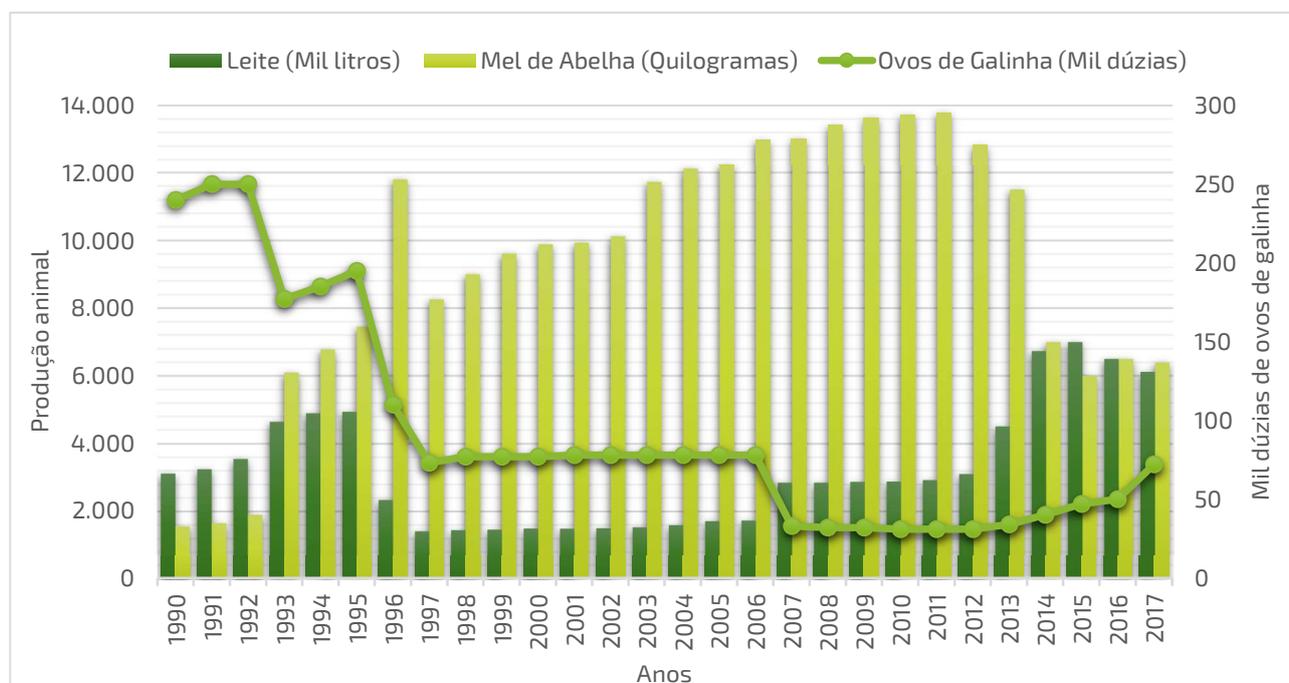
Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria "galináceos"⁶ apresentou um decréscimo de 83,33% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 132,566 mil cabeças para 22,1 mil. Já na categoria galinhas⁷, ocorreu uma redução de 92,44%, passando de 54,24 mil animais no ano de 1990 para 4,1 mil em 2017. O rebanho bovino apresentou um decréscimo de 59,88% no período analisado, passando de 14,3 mil para 5,737 mil cabeças, respectivamente.

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁷ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

A partir da Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município iniciou uma expansão, alcançando 4,942 milhões de litros de leite em 1995, com uma produtividade de 4,67 litros/vaca/dia ordenhada.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

De 1997 a 2006 a produção se manteve estabilizada, iniciando uma trajetória de expansão a partir de 2007, chegando em 2017 a produção foi de 6,12 milhões, com produtividade de 11,66 litros/vaca/dia ordenhada. Apesar desta variação de 149,68% na produtividade, o segmento fica abaixo da média do estado, que é de 12,6 litros/vaca/dia⁸.

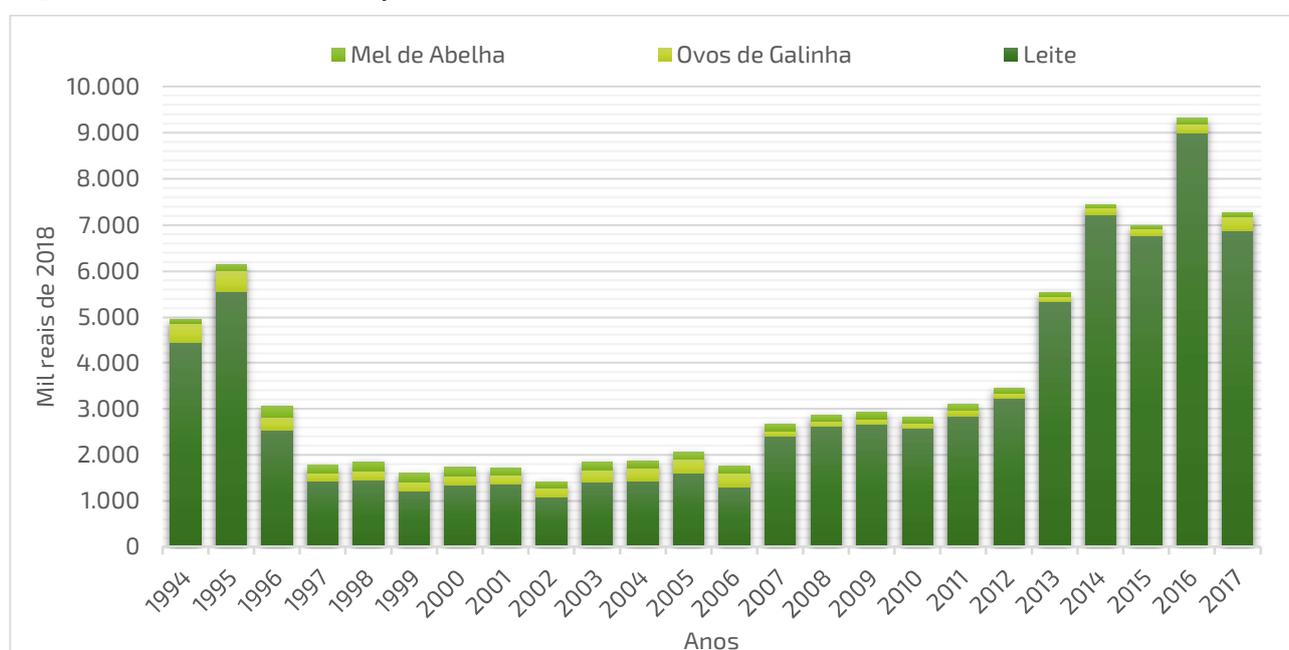
A produção de mel no município foi incrementada a partir de 1993, quando alcança um volume de 6,1 mil quilos frente aos 1,9 mil quilos de 1992. Essa produção experimentou aumentos significativos até 2011, quando alcançou uma produção de 13,79 mil quilos. A partir desse ano a produção iniciou uma trajetória de queda, chegando a 2017 com uma produção de 6,4 mil quilos. A produção de ovos também tem diminuído, passando de 240mil dúzias em 1990 para 72 mil em 2017.

⁸<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/bovinos-de-leite.php#.Xc2lC69v-M8>

Apesar da baixa produtividade do rebanho leiteiro, ainda é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, apresenta uma trajetória de crescimento a partir de 2007, quando o valor da produção sai de R\$ 2,40 milhões para chegar em 2017 no patamar de R\$ 6,864 milhões.

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 291 mil para R\$ 186 mil entre 2006 e 2016, voltando a crescer em 2017, quando atingiu o patamar de R\$ 307 mil. O valor real da produção de mel passou de R\$ 90,4 mil em 1994 para R\$ 166 mil em 2003, a partir do qual inicia uma trajetória de queda, chegando em 2017 com R\$ 85 mil, conforme é possível verificar na Figura 18.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 4,95 milhões para R\$ 7,26 milhões entre 1994 e 2017.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

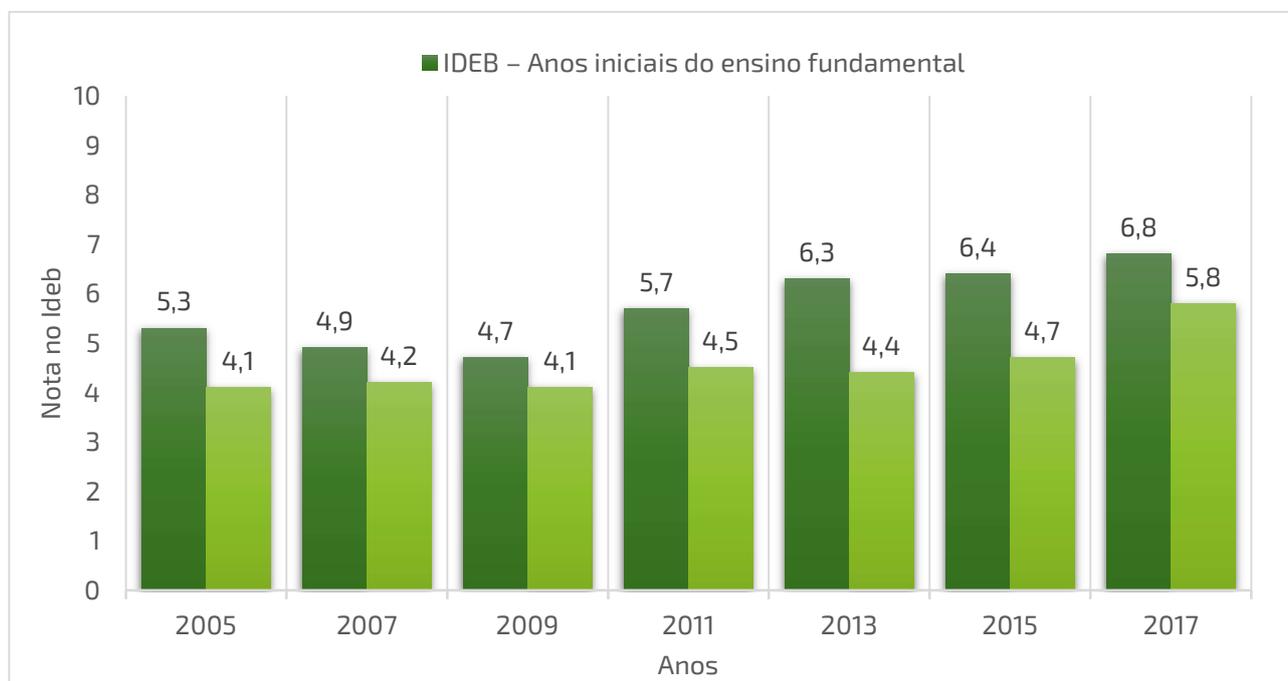
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 99,3 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 719 matrículas no ensino fundamental e 212 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 59 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 22 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 6 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Pinhal/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

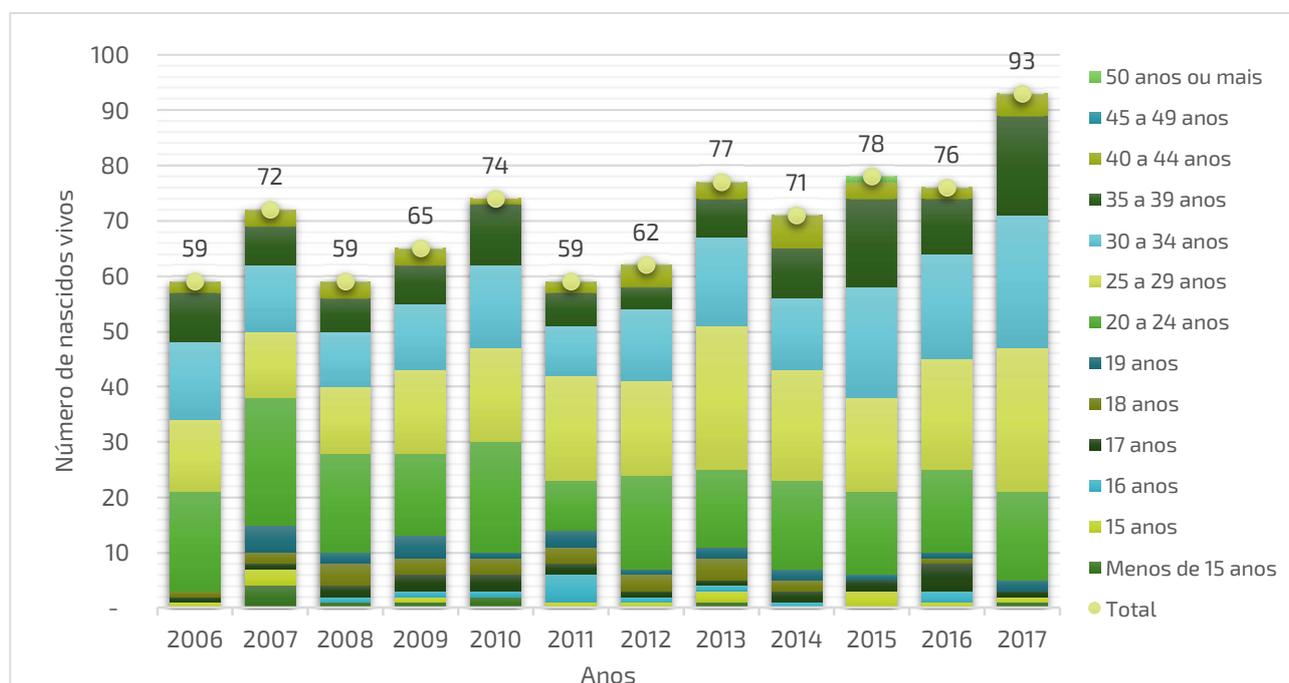
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁹ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente a partir de 2011, momento em que atingiu a nota 5,7, passando a 6,3 em 2013, 6,4 em 2015, chegando a 6,8 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2015 e 2017, foram encontrados os índices mais altos (4,7 e 5,8 respectivamente), mas em 2005 e 2009 o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 4,1 respectivamente.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de redução no número de nascimentos de crianças, partindo de 59 nascidos vivos em 2006 para 93 em 2017.

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Pinhal/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁹ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Em 2017 foram registrados 3 partos em mães com menos de 18 anos (3,23% do total de partos), entre as quais, uma com menos de 15 anos. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 4 partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não houve registros de mortalidade infantil e a "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 26.32 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 4.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 54 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 828 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

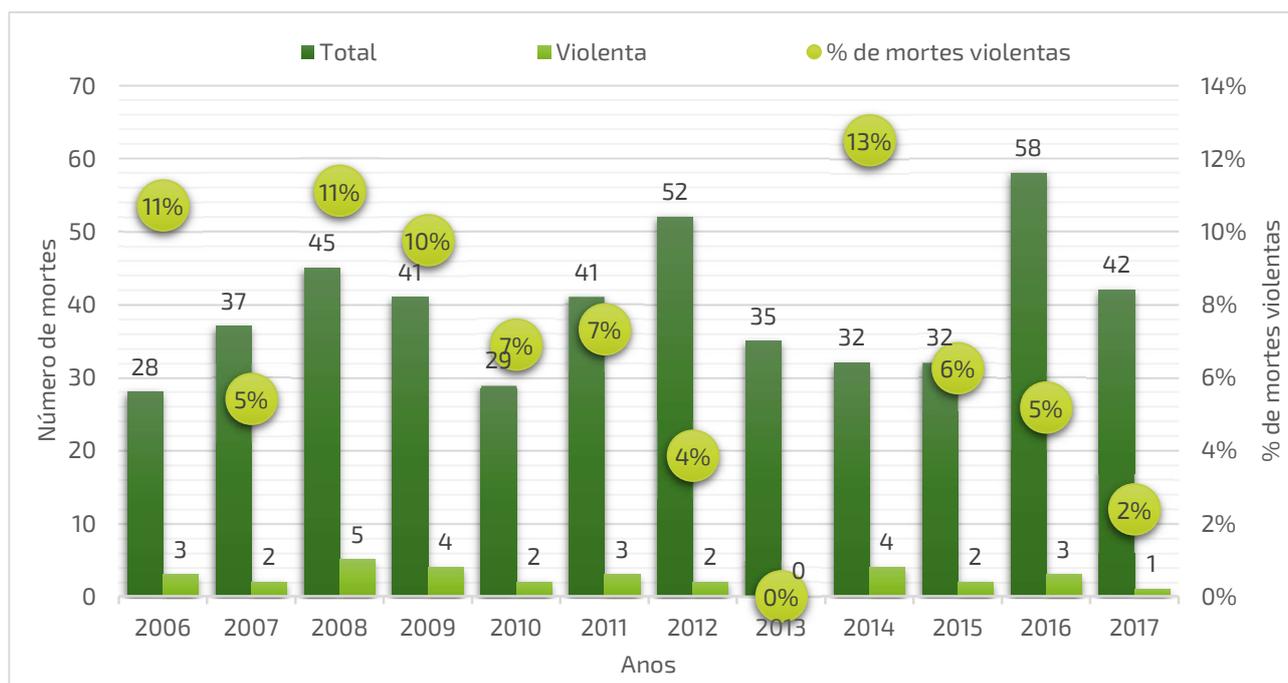
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Na Figura 21 são apresentados os dados relativos a esta variável.

Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 11% para 2% entre 2006 e 2017 e que em 2014 chegou a alcançar 13%.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 28 mortes, e em termos relativo, 2014 foi o que ocorreu maior percentual de morte violenta (4 mortes violentas de 32 mortes).

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 472 óbitos, dos quais 31 ocorreram de forma violenta (6,57%), conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Pinhal/RS: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 2% (mínimo observado em 2017) fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

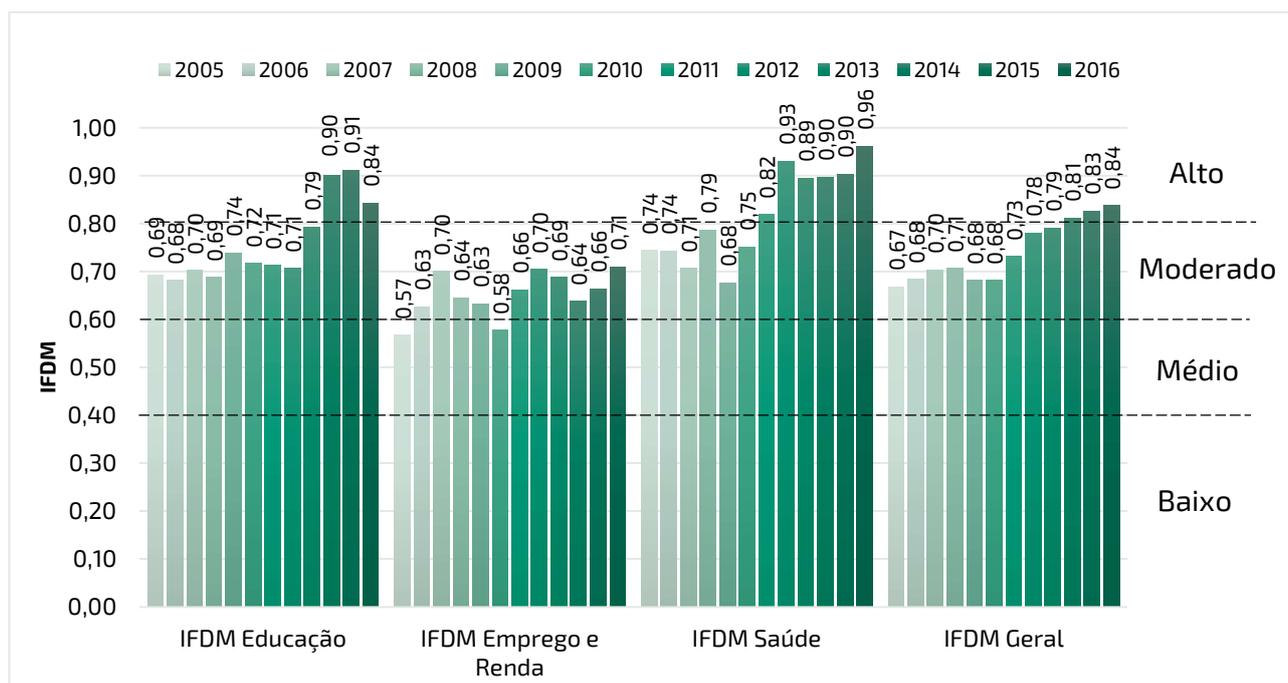
Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Interação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve oscilações do emprego e renda no ano de 2005 para 2010, estabilizando no período de 2010 a 2014, voltando a oscilar a partir desse período. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice médio de 0,7337.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016

Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socio economia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Pinhal possui “25,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 90,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 369 de 497, 174 de 497 e 200 de 497,

respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3341 de 5570, 1471 de 5570 e 1564 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 8.319,80 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 6.753,62 hectares. Destes, 9,35% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 7,57% como Reserva Legal e 83,78% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	8.319,80	
Número de imóveis rurais	610	
Área total dos imóveis rurais	6.753,62	81,18
Área média:	11,07	
Área mínima/máxima:	0,15 / 91,03	
APP	631,18	9,35
APP - Recomposição	12,10	0,18
Reserva Legal	511,05	7,57
Vegetação Nativa	924,96	13,7
Servidão Administrativa	77,73	1,15
Área Consolidada	5.658,32	83,78
Banhados	0,09	0
Número de Nascentes	5	0
Uso Restrito	0,21	0
Hidrografia	429,94	6,37
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	1.566,18	18,82

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados permitem observar que dos 610 imóveis rurais, cerca de 59% declarou ter APP. Apenas em 1 propriedade rural foi declarado banhado, 4 propriedades declararam nascentes de olho d'água.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	361	643	249	59	41
Área Consolidada	573	5.658	37	94	6
Banhado	1	0	609	0	100
Hidrografia	374	413	236	61	39

Nascente olho d'água	4	-	606	1	99
Reserva Legal	272	511	338	45	55
Servidão Administrativa	375	78	235	61	39
Uso Restrito	1	0	609	0	100
Vegetação Nativa	501	925	109	82	18
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - PINHAL					
Número Total de I.R.:	610	6.753,62			
Área Total do Município:		8.319,80			
% Área declarada/Área Município:		81,18			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para prospectar alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) Cooperar mais; c) Inovar mais; d)

Empreender mais; e) Sair da inércia, e f) Assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do Município de Pinhal, RS**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pinhal/historico>. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Pinhal, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.pinhal.rs.gov.br/municipio/historico>. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL (RS). Prefeitura. **Dados do Município de Pinhal, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.pinhal.rs.gov.br/municipio/dados-do-municipio>. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL (RS). Prefeitura. **Localização do Município de Pinhal, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.pinhal.rs.gov.br/municipio/localizacao>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.